



O BRASIL E A UNIDADE NACIONAL

Aldo Demerval do Rio Branco Fernandes

O artigo analisa as influências da Geografia e do processo histórico na definição das fronteiras terrestres e marítimas do Brasil, e na construção da unidade nacional.

INTRODUÇÃO

O sentimento de unidade nacional tem seu nascedouro antes mesmo da descoberta do Brasil. Os reis de Portugal, em sua vocação centralizadora, pensaram e agiram como se o espaço brasileiro fosse um todo homogêneo, numa visão de conjunto apreciável, que se explica através da formação do próprio Estado nacional português.

A partir do início do século XII (1128), D. Afonso Henriques, o primeiro rei da Dinastia de Borgonha, lança as bases de um Estado que seria fortemente centralizado, em uma Europa arraigadamente feudal, conseqüentemente descentralizada nos

planos político e econômico. Por volta do século XIV (1385), quando, por força de uma revolução, caiu a Dinastia de Borgonha e surgiu a Dinastia de Avis, mais se acentuou a tendência centralizadora que, a partir de então, teve suas bases na sólida aliança entre o rei e a operosa classe mercantil. Assim, a Revolução de Avis deu mais solidez à formação unitária do Estado nacional português.

No fim da Idade Média, na primeira metade do século XV, a Revolução Comercial, a Tomada de Constantinopla pelos turcos e as Grandes Navegações lançaram o mundo na Idade Moderna. Portugal foi a grande nação responsável pela transformação que se operou

na época: o mundo deixou de ser limitado pelo Mar Mediterrâneo, para transformar-se no "Mundo Atlântico". A descoberta do Brasil ocorreu, assim, no limiar de um novo tempo, na quadra histórica em que Portugal se projetou como a mais notável potência européia, ofuscada apenas pela força política da Cúria Romana, que tinha, em seu ápice, o Papa.

Nos anos que se seguiram à descoberta, era necessário, para Portugal, que o Brasil fosse um todo homogêneo, sendo de interesse estratégico a posse da costa brasileira, oposta à africana. Em função de nossas enseadas e portos naturais, passamos a ser o trampolim para as Índias, onde as famosas especiarias se constituíram na razão principal de toda a aventura marítima e comercial portuguesa, iniciada pela tomada de Ceuta em 1415, e tendo como fato relevante, em 1498, a chegada de Vasco da Gama a Calicut, na Índia.

Foi em função dos resultados obtidos por Vasco da Gama que o rei de Portugal, D. Manuel I, o Venturoso, enviou rumo às Índias a mais notável armada do início dos tempos modernos, confiando-a a um nobre, o almirante Pedro Álvares Cabral. Tendo, a exemplo de Vasco da Gama, como destino Calicut, o empreendimento teve, como histórica consequência, o descobrimento do Brasil.

Após atingir seu grande apogeu, a notável empresa comercial montada pelos portugueses nas Índias se desfez, pois o lucro obtido com a venda de especiarias, que cobria os gastos comerciais, não conseguia superar as des-

pesas militares, cada vez maiores. Esgotou-se o erário real, e fracassou o tão sonhado comércio indiano. O insucesso no Oriente transformou o Brasil e a sua exploração em pedra angular para a sobrevivência de Portugal na Europa. No afã de colonizar o Brasil, mais uma vez se manifesta, no plano político, o sentido centralizador da colonização portuguesa.

INFLUÊNCIAS DA GEOGRAFIA NA UNIDADE NACIONAL BRASILEIRA

O Brasil na América do Sul

Nossa base física é influenciada por cinco aspectos geopolíticos que agem na América do Sul: a costa marítima do Atlântico, a costa marítima do Pacífico, a ação separadora da Cordilheira Andina, a atração exercida, ao norte, pela Bacia Amazônica sobre o Atlântico, e a atração oposta na direção sul, exercida pela Bacia do Prata, também em direção ao Atlântico.

Esses fatores exerceriam influência desfavorável para a *unidade nacional*.

A formação geológica

As formações geológicas mais antigas originaram vales, como os dos rios da Bacia Amazônica, do São Francisco e os formadores do Estuário do Prata. Algumas favoreceram a agricultura de subsistência e as atividades pastoris. A planície litorânea revelou formações geológicas favoráveis à

cana-de-açúcar, importante produto de um ciclo da economia colonial. As regiões brasileiras de formação geológica ocorrida durante o cristalino, situadas nas regiões sudeste e centro-oeste, permitiram a atividade mineradora, em particular o extrativismo do ouro e pedras preciosas, que se constituíram no último dos ciclos da economia colonial. Na área mineradora, ocorreu a Inconfidência Mineira, o mais importante dos movimentos de emancipação. Um capricho da geologia fez com que o ouro fosse encontrado, desde os rebordos da Mantiqueira até os confins da Vila Bela, na fronteira com a Bolívia, fato que serviu para colocar em contato regiões muito afastadas, articulando-as econômica e culturalmente, concorrendo para dar maior unidade ao conjunto que ajudou a integrar.

A orografia e a hidrografia

A orografia brasileira é muito modesta e não poderia dificultar a *unidade nacional*. A serra do Mar, inicialmente obstáculo, foi depois proteção que impediu o aprofundamento das invasões estrangeiras, em particular no litoral paulista. A região montanhosa do Planalto Brasileiro poderia ter concorrido para separar os núcleos de povoamento. Todavia, a descoberta do ouro, em regiões dispostas ao longo dos meridianos, atraiu os colonos para regiões interioranas, forçando sua articulação com o litoral, escoadouro natural da produção aurífera.

A hidrografia refletiu as características da geologia e do relevo. As três bacias principais, a Amazônica, a do

São Francisco e a do Paraná, têm seus formadores ou afluentes originados no Planalto Brasileiro, favorecendo as ligações entre elas, o que lhe confere caráter unificador, pois facilitaram a penetração para o interior e seu total desbravamento, colocando diferentes regiões naturais em contato e promovendo a circulação interna.

O clima e a vegetação

A variedade climática desenvolveu as condições necessárias para a existência de numerosas atividades econômicas e estilos de vida. As condições climáticas predominantes na héliia amazônica, na floresta tropical, no cerrado, na caatinga e no sul do país não se constituíram em obstáculos à fixação humana. A Amazônia mostrou-se desfavorável a um povoamento intenso; o Nordeste, inadequado à fixação do homem, em particular nas regiões secas. Todavia o fato não ocorreu na área litorânea, intensamente ocupada. Na Região Sul e no cerrado, estão os climas que se mostraram mais favoráveis à colonização, pois criaram condições de circulação interna, atividades agropastoris e povoamento intenso, fatores relevantes para a formação da *unidade nacional*.

A Floresta Amazônica, de difícil transitabilidade, limitou bastante a circulação, subordinando-a aos rios e separando os núcleos populacionais. A Floresta Atlântica foi a primeira visão dos exploradores e permitiu a exploração do pau-brasil; uma vez devastada, permitiu que o interior se

articulasse com o litoral, facilitando, assim, a unidade da Colônia. A vegetação do sertão, do cerrado, dos campos sulinos e do Vale do São Francisco influenciou, decisivamente, na pecuária. A vegetação, como um todo, diversificou as atividades da economia colonial, em particular a agropecuária, facilitou os contatos na região litorânea, onde a vegetação se mostrou permeável ou foi desbastada; na mata atlântica e na Amazônia, dificultou e até mesmo impediu a circulação interna.

Influências do Atlântico

A circulação externa, assim como a interna, foram profundamente influenciadas pelo oceano Atlântico. No tocante à circulação externa, os ventos alísios do Nordeste em muito facilitaram as ligações no trecho compreendido entre a Capitania de Pernambuco e a porção meridional da Colônia. Houve, ainda, relativa facilidade de ligação entre o nosso litoral e a costa africana, em função dos ventos vindos do sudeste, alísios de sudeste e corrente de Bengala. No tocante à circulação interna, o Atlântico desempenhou papel integrador, verdadeira espinha dorsal da Colônia, unindo os distantes núcleos costeiros, quase sempre vivendo separados pela distância, sofrendo a ameaça de tribos hostis, superando as dificuldades do meio físico e tentando se contrapor, a duras penas, à constante presença estrangeira.

Como consequência de nossa maritimidade, já desde os tempos coloniais, a extensa fronteira marítima

facilitou nossas ligações com a Metrópole, permitindo o fluxo de colonos. Por outro lado, a via marítima permitiu as ligações com Angola e Guiné, fato que viabilizou a introdução do negro no Brasil e intenso intercâmbio comercial, nos séculos XVII e XVIII, com aquelas possessões portuguesas de além-mar. O Atlântico facilitou, ainda, a ligação de São Luís e Belém com Portugal, o que influenciou na descentralização administrativa, com a criação do Estado do Maranhão, subordinado diretamente a Portugal.

SÍNTESE DAS INFLUÊNCIAS DA BASE GEOGRÁFICA

Da análise realizada, podemos afirmar que o Brasil é irrigado por importantes bacias hidrográficas, e são modestas as altitudes de nosso relevo. A existência de grandes bacias sedimentares possibilitou, em muito, a circulação do homem e das riquezas. As vastas áreas de campos do sul, do agreste nordestino e do cerrado, apesar das diferenças climáticas, permitiram a criação extensiva do gado, que foi atividade subsidiária para os grandes ciclos da economia colonial — da cana-de-açúcar e da mineração.

A facilidade de fixação do homem à terra, inicialmente, foi maior no Nordeste, uma vez que sua posição, pela maior proximidade da Europa e facilidade de acesso pelos ventos alísios, atraíram para essa área as primeiras levas de colonizadores. Ao fato somouse, ainda, a fertilidade do solo, propício que era ao plantio da cana-de-açúcar e à criação do gado.

Posteriormente, no final do século XVII e início do século XVIII, esgotado o ciclo da cana-de-açúcar, e em função da descoberta de metais e pedras preciosas, a colonização foi atraída para o Planalto Central, para onde se dirigiram grandes correntes imigratórias, as maiores do período colonial, chegando mesmo a esvaziar a população metropolitana. A pesquisa mineral, realizada pelos bandeirantes, levou à descoberta do ouro nos confins de Mato Grosso, nas barrancas do rio Guaporé, na Vila Bela. O fato impôs a necessidade de uma circulação de fluxos migratórios, que permitiram, ainda que de modo precário, a fixação de colonos engajados na atividade mineradora. Dessa forma, as grandes regiões interioranas foram devassadas, e os mineradores atingiram os afluentes da margem direita do rio Amazonas.

No Planalto Brasileiro, nascem alguns dos principais afluentes do Amazonas, o Tocantins, os formadores do Paraná e do São Francisco. Para o Planalto Central, convergem importantes vias fluviais, que, nos primórdios da colonização, desempenharam o importante papel de rotas históricas percorridas pelos nossos primeiros desbravadores. Assim o fez o notável bandeirante Raposo Tavares, partindo de São Paulo e atingindo o Vale do Rio Amazonas, após navegar pelos rios Tietê, Paraguai, Guaporé, Madeira e Amazonas, no mais notável périplo realizado no continente sul-americano.

A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS TERRESTRE E MARÍTIMA

A fronteira marítima do Brasil foi definida ao longo dos séculos XVI e XVII. Ao definir a fronteira marítima, Portugal procurou a posse dos grandes estuários, pontos de convergência das bacias hidrográficas — os grandes caminhos das civilizações. Ao norte, obteve o controle das duas margens do rio Amazonas; no litoral leste, a presença de Salvador, capital do Brasil, permitia o controle da bacia do rio São Francisco; ao sul, já desde a expedição de Martim Afonso de Souza, Portugal começou a influir na Bacia do Prata, área muito além do limite sul de Tordesilhas, que era Laguna, em Santa Catarina.

A fronteira terrestre foi definida a partir da expansão sertanista. À fase de conquista da fronteira marítima, seguiu-se a de expansão da fronteira terrestre, sem um fim político relevante, porque a expansão tinha objetivo econômico imediato.

Tudo ocorreu com incrível rapidez, se compararmos a expansão da fronteira terrestre, considerando que a base física, apenas litorânea, em apenas um século atingiu os limites atuais do Brasil. Um cronista que retratava o Brasil, em 1618, disse: "Os moradores se concentravam nas fraldas do mar, ocupavam-se somente em fazer açúcar."

Frei Vicente do Salvador, na mesma época, afirmou: "Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve

quem a andasse pela negligência dos portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”

Cem anos mais tarde, tudo era diferente. A política sucedeu à aventura. Assim a diplomacia dos tratados consagrou a obra anônima dos pioneiros, e o Brasil alcançou seus limites atuais, praticamente.

Tivemos três grandes núcleos de expansão: o de São Paulo, que abrange o sul do país e o oeste; o da Bahia, que se encontrou, de um lado, com a irradiação paulista; do outro, com as alternativas semelhantes, de povoamento do nordeste; e o do Pará, entre o Maranhão e o Amazonas.

A articulação dos três centros de descobrimento e a invasão do interior proporcionou à colonização aspectos peculiares: o paulista atuou nos campos gerais e no sul; o paraense, pelo Amazonas. Os dois, genuinamente brasileiros, se anteciparam ao estrangeiro e levaram seu idioma, sua raça e sua religião aos extremos da Colônia. O colono batizou uniformemente a terra, deu-lhe aos acidentes as mesmas designações. O homem era o mesmo; a família, a língua, a crença, depois as instituições locais, continuaram as mesmas, dando à colonização um forte traço unificador.

O desinteresse inicial pela colonização do Brasil termina no momento em que Portugal desiste das Índias. A mudança de atitude se evidencia com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530. Como resultado da nova realidade portuguesa,

adotou-se, como sistemática administrativa, o sistema de *capitanias hereditárias*, em realidade duvidosamente centralizadora, em função da distância física que separava o rei dos donatários. O sistema logo evoluiu para o *governo geral*, notoriamente centralizador em sua essência, mas que confrontava com distâncias marítimas insuperáveis. Por força dos *regimentos*, *cartas de doação e forais*, instrumentos jurídicos que regulavam as relações entre o rei, o governo geral, os donatários e os colonos, o sistema se apresentava centralizador, mas deparou com uma realidade maior, representada pelo gigantismo da Colônia e pela precariedade de recursos para a obra colonizadora. Assim, a verdade geográfica superou a vontade política, e a colonização se inicia, muito mais em função da iniciativa dos donatários, do que dos recursos do erário e da atuação dos governadores gerais.

Nem mesmo a impossibilidade de praticar o centralismo, previsto no sistema de *governo geral*, quebrou o ânimo dos reis. Sempre que lhes foi possível ter a certeza da posse de seu domínio, Portugal manteve um só governo central, coordenando a atuação política, a exploração econômica e a defesa militar da Colônia. Só quando sentiu fugir-lhe o controle da Colônia imensa, tentou, em função das circunstâncias, soluções descentralizadas.

A união das coroas ibéricas (1580-1640) e as invasões estrangeiras no século XVII marcaram, de forma positiva, a unidade brasileira. A união das coroas ibéricas transformou o tra-

tado de Tordesilhas em letra morta, e o fato deu moralidade histórica e jurídica ao expansionismo que se iniciara, a partir de São Paulo para o oeste da linha demarcatória do tratado, o meridiano Belém do Pará-Laguna, em Santa Catarina: "dentro de uma visão geopolítica, a Linha de Tordesilhas cortava, de forma ilógica, o centro geográfico da coluna-mestra da unidade territorial: o Planalto Central." As agressões militares estrangeiras foram superadas, mas sua superação se fez graças ao-apoio mútuo, ocorrido entre os diversos núcleos de colonização, dando-lhes um sentido nativista, como ocorreu na Insurreição Pernambucana.

Cabe realçar que, no caso específico da *Insurreição Pernambucana*, a luta contra os holandeses, iniciada em 1630, seria possível até 1640, quando terminou a União Ibérica, que colocou em confronto Espanha e Holanda. A partir de 1640, Portugal se aproxima da Holanda, como era hábito, e acorda com aquele reino uma trégua, visando ao conflito colonial também. Mas o que ocorreu contrariou a vontade de ambas as coroas européias: no Brasil, a luta prossegue, ganhando maior vulto. É importante ressaltar que, entre 1640 e 1654 — ano da capitulação dos holandeses, a luta é conduzida por elementos coloniais, numa clara demonstração de existência de um sentimento nativista.

No final do século XVIII e início do século XIX, a Europa sofreu profundas transformações econômicas, sociais e políticas, causadas, principalmente, pelas revoluções Industrial

e Francesa. A decretação do *bloqueio continental* redundou na vinda da família real para o Brasil. Essa migração acompanhada pela Corte, bem como a transferência de todos os órgãos administrativos para o Brasil, em 1808, transformaram, para surpresa de muitos, a antiga colônia em sede do Reino Unido, por razões que independeram da vontade dos brasileiros, mas que concorreram para tornar a nação apta à independência, sem correr risco de desmembramento, com a conseqüente perda da *unidade nacional*.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal e Algarve consolida a precária existência de um laço a Portugal, porque aqui estava o rei. Segue-se o retorno da família real e a emancipação política com a Independência. Por paradoxal que pareça, a permanência de um príncipe português, D. Pedro I, como governante, concorreu para superar o grave momento, quando a Nação correu o risco de desmembrar-se. A autoridade de D. Pedro I, com certeza, era a única que tinha reconhecimento de todos e, como tal, foi básica para a preservação da *unidade nacional*. As lutas internas, durante o reinado de D. Pedro I, colocaram em risco essa unidade, e sua abdicação tornou o problema mais grave.

As *regências*, que se seguem à abdicação do imperador D. Pedro I, entre 1831 e 1840, e o início do reinado de D. Pedro II, até meados de 1850, constituem-se no mais grave momento para a preservação da *unidade nacional*. Foi um período crítico, em que

nossa base física, muito semelhante à atual, legado das gerações portuguesas de brasileiros da Colônia e do Brasil independente, correu o risco de desmembramento. A sabedoria dos políticos da época e o sentido pacificador de Luís Alves de Lima e Silva, ao combater as principais rebeliões ocorridas em 1831 e 1848, consolidaram definitivamente o sentido unificador de nosso processo histórico.

INFLUÊNCIAS DO PROCESSO HISTÓRICO

*"O limite é, hoje, o primeiro dever do Estado, e a delimitação é a própria base da paz."*¹

A História e a Geopolítica são construtoras das fronteiras. Através de sua evolução histórica, os povos civilizados sensibilizaram sua experiência política na busca de fronteiras definidas e definitivas.

Portugal, logo após a descoberta do Brasil, desinteressou-se pela efetiva ocupação do litoral, uma vez que as Índias ofereciam as famosas especiarias. Todavia, desfeito o sonho indiano, o Brasil será o objetivo principal da colonização portuguesa. A expedição de Martim Afonso de Souza marca a primeira iniciativa colonizadora e, a partir dela, Portugal se preocupa em buscar uma definição dos limites do Brasil, desconsiderando o Tratado de Tordesilhas.

A prioridade portuguesa valoriza o limite sul, e a expedição de Martim Afonso de Souza, 1530-1532, atingiu o Estuário do Prata, onde naufragou a nau *capitânea*. Ainda assim, Pero

1. Osvaldo Aranha.

Lopes de Souza, em um bergantim, explorou a região e o fez até o Esteiro de Carandins, já no rio Paraná, onde fixou padrões das armas do rei de Portugal, tomando posse da terra. Logo depois, em 1536, os espanhóis fundaram seu primeiro estabelecimento em Buenos Aires. Com isso estavam lançadas as bases de uma competição internacional, que duraria pouco mais de três séculos, até a queda do ditador argentino Rosas, em 1852.

A conquista da fronteira nordeste, norte e da Amazônia decorreu de uma luta contra franceses e espanhóis. Ainda no século XVI, entre 1570 e 1597, a partir de Salvador, são conquistados Sergipe Del Rei, Paraíba e Rio Grande do Norte, áreas desejadas pelos franceses. No século XVII, após dura refrega contra os franceses, serão conquistados, entre 1600 e 1640, o Ceará, o Maranhão e o Grão-Pará, restando apenas a conquista da Amazônia, obra de Pedro Teixeira, entre 1637 e 1639, que se constitui no mais notável feito dos portugueses após as Grandes Navegações. Através da expedição de Pedro Teixeira, Portugal tomou posse de terras situadas a oeste, junto à embocadura do rio Napo com o rio Aguarico, em terras situadas hoje na República do Equador. A posse das terras foi registrada nos livros da Provedoria e Câmara Municipal de Belém.

Já nos últimos decênios do século XVII, completou-se a posse do vale do rio Amazonas, contra os espanhóis, que pretendiam terras situadas à margem esquerda do chamado "Mar Dulce". Contra a vontade espanhola, lutou o capitão-mor da Capitania do

Grão-Pará, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que se opôs também aos franceses, que pretendiam o Amapá.

A conquista do sul e do sudeste se completa no século XVII, com o povoamento do litoral sulino, de Paranaguá e Laguna. Antes de terminar a centúria, estava integralizada, nos domínios luso-americanos, a costa catarinense, sobre a qual espanhóis haviam manifestado pretensões no século anterior.

A conquista do litoral carioca se concretiza na segunda metade do século XVI, com a expulsão definitiva dos franceses da cidade do Rio de Janeiro.

A formação do "continente-arquipélago", que é o Brasil, pode ser considerado como uma obra-prima da Geopolítica — possivelmente fruto de uma política de Estado elaborada em Portugal para três séculos de aventura colonial. O vigoroso expansionismo implicou na triplicação da base física, constatada em simples comparação entre o Brasil de Tordesilhas e o Brasil do Tratado de Madri, em 1750. A política de Estado estabelecida por Portugal foi desafiadora, se considerarmos os poucos recursos do erário e a imensidão colonial. O problema assumiu proporções maiores com a ultrapassagem de Tordesilhas. Ainda assim, a Colônia cresceu, afastando o risco do desmembramento.

A Geografia exercerá papel importante, mas o homem brasileiro foi o autor e protagonista principal; tudo só se tornou possível graças à impetuosidade dele. Foi o mestiço, fruto da

terra, que se notabilizou na concretização da obra expansionista, que só vingou graças à impetuosidade do colono, que era o bandeirante de São Paulo ou o sertante do Nordeste e do Norte, a se completarem na empresa pioneira, posteriormente acobertada, legalizada por medidas que se decretaram, aceitando o fato consumado e o transformaram, desse modo, em ocorrências oficializadas.

Em meados do século XVIII, quando reinava em Portugal D. José, um de seus mais notáveis ministros, o brasileiro Alexandre de Gusmão, atuou de maneira decisiva na formulação do *uti possidetis* — princípio que norteou a fixação da fronteira entre a América Espanhola e a América Portuguesa.

Nas primeiras décadas do século XIX, a América do Sul viveu seu processo de emancipação e, em função dessa consciência libertária, o Brasil é levado à condição de nação independente. Foi na transição de governos, entre D. Pedro I e D. Pedro II e, mais recentemente, durante os anos de 1831 e 1848, que a nação correu o risco de romper com a mais vigorosa herança de três séculos de colonização: o sentimento de unidade.

Uma vez superado o risco de romper-se a *unidade nacional*, teve início a fase final do processo histórico que, durante o Segundo Império e os primeiros anos da República, consolidou essa unidade. Esse sentimento sensibilizou brasileiros dos mais diferentes Brasis, ao longo de quase cinco séculos de História, e transformou-se em objetivo nacional, visando à inte-

gração nacional e à integridade territorial.

Embora grandes dificuldades ainda tenham que ser vencidas, é inegável a existência de um só país, de uma só nação e de uma só cultura, bastante homogênea, que, paradoxalmente, tem como suportes uma base física extremamente diversificada, que impressiona pela sua magnitude, um complexo mosaico étnico e diferentes credos religiosos. A geografia, a etnia e a religião, vistas isoladamente, seriam fatores altamente desagregadores. Todavia são superadas pela determinação do homem brasileiro, manifestada ao longo dos séculos, de unir os diferentes Brasis, pela tolerância racial e religiosa e, finalmente, pela mais viva expressão de nacionalidade brasileira: a língua comum.

CONCLUSÃO

*“Está capaz para se edificar nelle hum grande Império o qual com pouca despeza destes reynos se fará tão soberano que seja hum dos estados do mundo.”*²

O Brasil tem sido bafejado por uma série de circunstâncias que muito influíram na evolução do processo histórico. Portugal elaborou e perseguiu a execução de uma política de Estado precursora de um princípio de Bismarck: “A Política é a arte do possível.”

2. Gabriel Soares de Souza — in *Tratado Descritivo do Brasil* — 1587.

Após a descoberta do Brasil, Portugal entra em processo de declínio e deixa de ser a mais importante nação européia. Mas, ainda assim, neutraliza na Europa seus opositores — Espanha, França e Holanda, através de sucessivos compromissos assumidos com a Inglaterra.

A Linha de Tordesilhas passa à condição de letra morta, e a conquista da fronteira marítima é iniciada entre 1530 e 1532, graças à expedição de Martim Afonso de Souza, que oficializou a presença portuguesa no Estuário do Prata. Segue-se a expulsão dos franceses, na segunda metade do século XVI, quando tentaram fundar a França Antártica, combatida e destruída graças aos esforços de Estácio de Sá e Mem de Sá.

A conquista da costa do nordeste e norte se inicia no final do século XVI, e no começo do século XVII são conquistados o Rio Grande do Norte e o Ceará. A conquista do Maranhão se consolidou em 1615, quando os franceses são derrotados por Jerônimo de Albuquerque, esgotando-se a tentativa de fundação da França Equinocial.

A conquista do litoral do Grão-Pará se fez através de uma expedição que partiu do Maranhão, comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que, em 1616, lançou as fundações do Forte Presépio e da povoação de Nossa Senhora de Belém. Mais tarde, em 1637, para consolidar a posse lusobrasileira no atual Amapá, criou-se a Capitania do Cabo Norte, doada a Bento Maciel, excelente soldado e administrador.

A expansão da fronteira terrestre

decorreu do ânimo aventureiro e dilatador de Raposo Tavares, Domingos Jorge Velho, Fernão Dias Paes, Pascoal Moreira Cabral e tantos outros que, nos séculos XVII e XVIII, se irradiaram pelos confins, rompendo em todas as direções a Linha de Tordesilhas. A conquista da Amazônia, entre 1637 e 1639, atinge sua máxima expansão através da expedição fluvial do capitão Pedro Teixeira. Partindo de Cameté, no Tocantins, alcançou o rio Napo, onde, junto à embocadura do Aguarico, em terras hoje pertencentes à República do Equador, tomou posse das terras em nome da coroa de Portugal.

Em meados do século XVIII, em pleno regime colonial, Alexandre de Gusmão, nascido em Santos, Ministro de D. José, Rei de Portugal, autor do Tratado de Madri, implantou dois princípios da maior projeção no tempo e no espaço para a solução das questões de limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América, o *uti possidetis*, e do reconhecimento de que problemas limediros entre as duas colônias deveriam ser resolvidos levando-se em conta, antes, os interesses das ditas colônias que os das respectivas metrópoles. Assim sendo, o Tratado de 1750 deu-nos o reconhecimento do direito das conquistas de portugueses e bandeirantes de além-Tordesilhas. A engenhosidade de Alexandre de Gusmão deu respaldo, no campo do Direito Internacional, para que a nossa base territorial, a duras penas triplicada por bandeirantes e portugueses, fosse reconhecida como parte do Império Colonial de Portugal. O vigoroso ex-

pansionismo luso-brasileiro se equivale ao expansionismo americano, na notável *marcha para o Oeste*. Nos tempos modernos, só é superado pelo expansionismo ocorrido na Rússia, durante o período de Pedro, o Grande, justamente chamado "Imperador de Todas as Rússias".

No século passado, durante o período de emancipação política, tivemos o gênio político de José Bonifácio, cuja visão de um Brasil grande Nação se registra em suas "Lembranças e Apontamentos", redigidos em 1821. Em seus registros, José Bonifácio lançou as bases da Nação que começava a constituir-se dentro de critérios realísticos. Cabe destacar que chegou a localizar a futura capital do Brasil, hoje cidade de Paracatu, próxima a Brasília. Cabe transcrever, de sua obra:

"Nessa cidade central teria assento o governo nacional, com a corte ou a regência, um tribunal supremo de justiça, um conselho de fazenda e uma direção geral da economia pública para superintender as obras de pontes, calçadas, aberturas de canais, minas e explorações minerais, agricultura, metas e bosques, fábricas e manufaturas. Da capital especialmente erigida no interior do Brasil abrir-se-iam logo estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em comunicação com todo o país, a fomentar o comércio interno e a levar por diante a obra de autoconquista a autocolonização do vasto território brasileiro, que até hoje não se realizou. Seria o início de uma nova política, oposta à que tinha até então predomi-

nado, e que voltara de preferência para a exploração litorânea.”

Na transição do século XIX para o século XX, impressiona a visão do Barão do Rio Branco — o notável diplomata que ratificou, com as repúblicas vizinhas, os tratados feitos nos séculos XVIII e XIX. Foi o grande precursor de relações diplomáticas amistosas com nossos vizinhos e lançou as

atuais bases da diplomacia brasileira para o século em que vivemos. É significativo transcrever-se parte de seu discurso, proferido em 1909:

“Não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura, da riqueza e do poder de nossa Pátria que desejamos. É também a crescente prosperidade de todos os povos de nosso Continente.”



Cel Inf ME ALDO DEMERVAL RIO BRANCO FERNANDES — Possui os cursos da arma de Infantaria (AMAN), Forças Especiais, Comandos, Guerra na Selva e EsAO. Graduado e bacharel em História, graduado em Pedagogia e mestrado em Metodologia do Ensino Superior. Serve, atualmente, na DFA.

Ganhe a guerra
da inflação.

2.168,22%

Aplique no
Renda Forte Banfort.

A maior rentabilidade de 89
entre todos os Fundos
ao Portador do País.



BANFORT
O BANCO FORTE